

Investimento na área social

LUIZ PAJAUÍ - 23/08/2005



Sala de aula do setor público: municípios do Estado ficam fora da lista dos 100 melhores em investimentos na área de educação e saúde

Pesquisa mostra que cidades menores têm desempenho melhor na relação entre receita e gasto na área social

Um estudo inédito da Confederação Nacional dos Municípios revela que as cidades menores conseguem investir mais – e melhor – em saúde e educação. A pesquisa, realizada em 2004, foi dividida em três áreas: fiscal, gestão e social.

Dos 5.640 municípios do Brasil, 4.286 estão na lista. Os demais não aparecem, pois não entregaram a tempo o relatório anual para a Secretaria de Tesouro Nacional.

Dos 78 municípios capixabas, 63 estão na lista. Desses, o que apresenta melhor desempenho na área social, que avalia o gasto e o desempenho das cidades com educação e saúde, é Atílio Vivacqua, um dos menores municípios capixabas, com cerca de 10 mil habitantes. Em seguida aparecem Marilândia, Ibatiba, Águia Branca e Rio Bananal.

Já os municípios da Grande Vitória não apresentaram bons resultados. Vitória aparece em 47º e Vila Velha em 48º. O pior resultado é o de Cariacica, que é o penúltimo no ranking, perdendo apenas para Mantenópolis.

Vitória e Cariacica alegaram, através de seus assessores de imprensa, que as atuais administrações não devem se responsabilizar por dados de uma pesqui-

sa que foi realizada em 2004, justamente o último ano em que houve eleições municipais. Os prefeitos atuais iniciaram o mandato em janeiro de 2005.

O prefeito de Vila Velha, Max Filho, que já está em seu segundo mandato, comentou o resultado da pesquisa.

“Os dados dessa pesquisa são muito relativos. Temos aplicado, em média, 34% da receita municipal em Educação. Na Saúde, batemos recordes por cinco anos consecutivos, em relação aos atendimentos. O problema é que nossa receita municipal per capita é a terceira pior do Estado. Mas, mesmo assim, ainda conseguimos ser o município com maior percentual de receita própria de todas as cidades capixabas”, disse o prefeito.

Os dados do Espírito Santo na pesquisa, se comparados aos demais municípios brasileiros, deixam a desejar.

No ranking de investimento fiscal, por exemplo, não aparece nenhum capixaba entre os 100 primeiros. O melhor colocado é Presidente Kennedy, na 103ª colocação.

O destaque fica por conta dos municípios do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, que juntos totalizam 72 municípios dessa lista.

DADOS DA PESQUISA

RANKING SOCIAL

Os cinco melhores

- 1- Atílio Vivacqua
- 2- Marilândia
- 3- Ibatiba
- 4- Águia Branca
- 5- Rio Bananal

Os cinco piores

- 1- Mantenópolis
- 2- Cariacica
- 3- Conceição da Barra
- 4- Afonso Cláudio
- 5- Presidente Kennedy

Obs.: O ranking social avalia o gasto e o desempenho de cada município nas áreas da saúde e da educação. Os dados são referentes ao ano de 2004.

RANKING FISCAL

Os cinco melhores

- 1- Presidente Kennedy
- 2- Governador Lindenberg
- 3- Venda Nova do Imigrante
- 4- Jaguaré
- 5- Itapemirim

Os cinco piores

- 1- Água Doce do Norte
- 2- Alegre
- 3- Iúna
- 4- Santa Leopoldina
- 5- Mantenópolis

Obs.: O ranking fiscal mede o endividamento, a suficiência de caixa e o gasto de pessoal de cada município. Os dados são referentes ao ano de 2004.

União vai liberar R\$ 2 bilhões

O governo federal acenou ontem com benefícios bilionários aos prefeitos.

Serão mais cerca de R\$ 2 bilhões que deverão ser repassados aos municípios, atendendo a pleitos que vinham sendo seguidamente negados pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, sob a alegação de que o governo precisava manter o ajuste fiscal.

Agora, com o afrouxamento das contas pela área econômica, o governo vem fazendo inúmeras liberações de recursos e ontem afirmou que serão R\$ 250 mi-

lhões de aumento do valor do repasse para a merenda escolar.

Também serão liberados R\$ 300 milhões para linha de financiamento aberta pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de máquinas pelos municípios e R\$ 1,4 bilhão que os prefeitos deverão ter a mais com o aumento que foi acordado com o Congresso e o Planalto num ponto porcentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), incluído no projeto de reforma tributária.